

O custo da imprevidência virá lá na frente

Os brasileiros temem, com toda razão, um eventual apagão energético. A eletricidade é um componente vital para a vida moderna e é inadmissível que o governo deixe de tomar todas as providências necessárias para que ela mantenha o necessário fluxo.

Mesmo sendo uma sombria perspectiva para o futuro, aqui e ali já ocorrem apagões, que só não se mostram mais amplos e frequentes porque o País continua no velho esquema do "voe de galinha": alterna alguns picos de crescimento acelerado com depressões de crescimento medíocre.

Mas é no campo da mão-de-obra, mesmo tendo uma população tão grande, com tantos desempregados e jovens ávidos para trabalhar, que o apagão já ocorre plenamente no Brasil. Qualificamos poucos, qualificamos mal e nossa escola ainda não está à altura das necessi-

dades do povo brasileiro. Prevê-se pouco, planeja-se pior.

Parte desse apagão de mão-de-obra se dá justamente no campo da educação. Já se evidencia a escassez de professores em várias disciplinas. Com isso, a importação de mão de obra qualificada já é uma realidade e tende a aumentar.

A dificuldade encontrada por diversas empresas em contratar engenheiros é crescente. Com a potencial escassez de mão-de-obra para os projetos futuros já em emergência, como Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, pré-sal e o boom imobiliário, a chegada de engenheiros estrangeiros ao Brasil cresce a cada ano.

Entre 2008 e 2009, o número de autorizações concedidas a engenheiros estrangeiros saltou

27%, de 2.712 para 3.542, segundo dados da Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre janeiro e julho deste ano, a entrada desses estrangeiros no País já superou os números de 2008, com 2.804 autorizações.

Os fatos são inquestionáveis: além de gerar empregos lá fora, importando como nunca, também estamos gerando empregos qualificados para estrangeiros aqui dentro; o custo de toda a imprevidência do atual governo vai estourar mais lá na frente.

Caso mantenha o mesmo ritmo de crescimento nos próximos meses, o Brasil encerrará 2010 com a entrada de 4,8 mil engenheiros estrangeiros; um crescimento de 39% em comparação com o ano passado.

O problema da instabilidade

da mão-de-obra é especialmente sensível nos setores da construção civil e pesada, nos campos da mineração e da siderurgia. Mesmo com uma expansão econômica ainda contida, a projeção de novos empreendimentos em todos os segmentos de

infraestrutura aponta para uma já concreta escassez de engenheiros metalúrgicos, de minas, de materiais e ambiental para contratação imediata.

Um olhar no passado recente mostra que os engenheiros foram menosprezados profissionalmente. Até 2008, de cada sete diplomados em Engenharia apenas dois acabavam atuando na área de sua formação. Em pleno 2010, esse menosprezo cobra seu preço: sem conseguir garimpar no mercado o número de engenheiros necessário, as empre-

sas improvisam, recorrendo a aposentados ou afastados da sua área e dedicados a outros afazeres.

O Ipea trabalhava com o cenário de que um crescimento médio de 3,5% ao ano iria dar em apagão de engenheiros em 2015. Agora que a projeção é dobrar esse percentual, pode-se ter um quadro mais claro do motivo pelo qual tantos engenheiros estrangeiros estão ingressando no Brasil.

Os fatos são inquestionáveis: além de gerar empregos lá fora, estamos gerando empregos qualificados para estrangeiros aqui dentro. E se tivéssemos um programa ainda mais amplo que o midiático "Minha Casa, Minha Vida" e um Plano de Aceleração do Crescimento sem travas e limitada execução orçamentária, a situação já estaria para lá de crítica. Obviamente o custo de toda a imprevidência do atual governo vai estourar mais lá na frente.

Democracia é o governo das leis e não das pessoas

fernando henrique cardoso

Vivemos uma fase de democracia virtual. Não no sentido da utilização dos meios eletrônicos e da web como sucedâneos dos processos diretos, mas no sentido que atribui à palavra "virtual" o dicionário do Aurélio: algo que existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual. Faz tempo que eu insisto: o edifício da democracia, e mesmo o de muitas instituições econômicas e sociais, está feito no Brasil. A arquitetura é bela, mas quando alguém bate à porta a monumentalidade das formas institucionais se desfaz num eco que indica estar a casa vazia por dentro.

Ainda agora a devassa da privacidade fiscal de tucanos e de outras pessoas mais mostra a vacuidade das leis diante da prática cotidiana. Com a maior desfaçatez do mundo, altos funcionários, tentando elidir a questão política - como se estivessem tratando com um povo de parvos -, proclamam que "não foi nada, não; apenas um balcão de venda de dados..." E fica o dito pelo não dito, com a mídia denunciando, os interessados protestando e buscando socorro no Judiciário, até que o tempo passe e nada aconteça.

Não tem sido assim com

tudo mais? O que aconteceu com o "dossiê" contra mim e minha mulher feito na Casa Civil da Presidência da República, misturando dados para

fazer crer que também nós nos fartávamos em usar recursos públicos para fins privados? E os gastos da atual Presidência não se transformaram em "segretos" em nome da segurança nacional? E o que aconteceu de prático? Nada. Estamos todos felizes no embalo de uma sensação de bonança que deriva de uma boa conjuntura econômica e da solidez das reformas do governo anterior.

No momento do exercício máximo da soberania popular, o desrespeito ocorre sob a batuta presidencial. Nas democracias é lógico e saudável que os presidentes e altos dirigentes eleitos toquem partido e se manifestem em eleições. Mas é escandalosa a reiteração diária de posturas político-partidárias, dando ao povo a impressão de que o chefe da Nação é

chefe de uma facção em guerra para arrasar as outras correntes políticas. Há um abismo entre o legítimo apoio aos partidários e o abuso da utilização do prestígio do presi-

dente, que, além de pessoal, é também institucional, na pugna política diária. Chama a atenção que nenhum procurador da República - nem

mesmo candidatos ou partidos - haja pedido o cancelamento das candidaturas beneficiadas, se não para obtê-lo, ao menos para refrear o abuso. Por que não se faz? Porque pouco a pouco nos estamos acostumando a que é assim mesmo.

Na marcha em que vamos, na hipótese de vitória governista - que ainda dá para evitar - incorremos no risco futuro de vivermos uma simulação política ao estilo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano - se o PT conseguir a proeza de ser "hegemônico" - ou do peronismo, se, mais do que a força de um partido, preponderar a figura do líder. Das características da cultura política brasileira, de leniência com a transgressão e criatividades para simular, o jogo multipartidário pode ser mantido na aparência, enquanto na essência se venha a ter um partido para valer e outro(s) para sempre se opor, como durante o autoritarismo militar.

Pior ainda, com a massificação da propaganda oficial e o caudilhismo renascente, poderá até haver a anuência do povo e a cumplicidade das elites para com essa forma de democracia quase plebiscitária. Aceitação pelas massas

na medida em que se beneficiem das políticas econômico-sociais, e das elites porque estas sabem que nesse tipo de regime o que vale mesmo é uma boa ligação com quem manda. O "dirigismo à brasileira", mesmo na economia, não é tão mau assim para os amigos do rei ou da rainha.

É isto que está em jogo nas eleições de outubro: que forma de democracia teremos, oca por dentro ou plena de conteúdo. Tudo o mais pesará menos. Pode ter havido erros de marketing nas campanhas oposicionistas, assim como é certo que a oposição se opôs menos do que devia à usurpação de seus próprios feitos pelos atuais ocupantes do poder. Esperneou menos diante dos pequenos assassinatos das instituições que vêm sendo perpetrados há muito tempo, como no caso das quebras reiteradas de sigilo. Ainda assim, é preciso tentar impedir que os recursos financeiros, políticos e simbólicos reunidos no Grupo do Poder em formação tenham força para destruir não apenas candidaturas, mas um estilo de atuação política que repudia o personalismo como fundamento da legitimidade do poder e tem a convicção de que a democracia é o governo das leis, e não das pessoas.

Estamos no século 21, mas há valores e práticas propos-

tos no século 18 que se foram transformando em prática política e que devem ser resguardados, embora se mostrem insuficientes para motivar as pessoas. É preciso aumentar a inclusão e ampliar a participação. É positivo se valer de meios eletrônicos para tomar decisões e validar caminhos. É inaceitável, porém, a absorção de tudo isso pela "vontade geral" encapsulada na figura do líder. Isso é qualquer coisa, menos democracia. Se o fosse, não haveria por que criticar Mussolini em seus tempos de glória, ou o Getúlio do Estado Novo (que, diga-se, não exerceu propriamente o personalismo como fator de dominação), e

assim por diante. É disso que se trata no Brasil de hoje: estamos decidindo se queremos correr o risco de um retrocesso democrático em nome do personalismo paternal (e, amanhã, quem sabe, maternal). Por mais restrições que alguém possa ter ao encaminhamento das campanhas ou mesmo as características pessoais de um ou outro candidato, uma coisa é certa: o governoismo tal como está posto representa um passo atrás no caminho da institucionalização democrática. Há tempo ainda para derrotá-lo. Eleição se ganha no dia.

Fernando Henrique Cardoso é ex-presidente da República

Gastos da Presidência não se transformaram em "segretos" em nome da segurança nacional?

"Dirigismo à brasileira", mesmo na economia, não é tão mau assim para os amigos do rei ou ainda da rainha.

bastidores



"Cada brasileiro deveria peticionar a Receita Federal para saber se teve o seu sigilo fiscal violado".

Da candidata do PV, Marina Silva

Sortudo

O *quarterback* do New England Patriots, Tom Brady, marido da modelo brasileira Gisele Bündchen, sofreu um acidente de carro ontem. O acidente aconteceu em uma estrada perto da casa do jogador da NFL. Ele precisou ser retirado de seu carro após o choque com uma minivan, cujo motorista foi hospitalizado com ferimentos. Considerado uma dos melhores *quarterbacks* da liga, Brady já participou de quatro Super Bowls e ganhou três deles. Além disso, recebeu dois prêmios MVP (jogador mais valioso). Na temporada 2009-10, após retornar de uma grave lesão no joelho, Brady recebeu o "NFL Comeback Player of Year", por sua boa volta aos gramados e também foi eleito ao time da década de 2000 da liga.

Chifre fatal

A espanhola Mari Carmen López del Burro, 48, morreu ontem, após ser chifrada na cabeça por um touro durante uma festa tradicional em localidade próxima a Madri. Ela estava atrás das grades de segurança em uma das ruas pela qual os touros passam quando foi atingida pelo animal. Sofreu um ferimento no pescoço pela chifrada e traumatismo cranioencefálico grave ao ser lançada no chão. As touradas deixaram ao menos quatro vítimas neste ano. Três dias antes, um homem de 41 anos faleceu após levar uma chifrada de um touro durante festas na localidade de Villaseca de la Sagra, na Província de Toledo. Desde 2000, ao menos 37 pessoas morreram por chifradas de touros nas festas típicas espanholas.

Adversários, não: inimigos

carlos chagas

Na guerra, sempre. Na política, muitas vezes. É preciso demonizar o adversário. Transformá-lo de inimigo em réprobo cruel, malvado e sanguinário, daqueles que fritam crianças e estupram velhinhas. Os nazistas agiram assim contra os russos e estes, depois, contra aqueles, na Segunda Guerra Mundial.

Na presente sucessão presidencial o risco é de acontecer coisa parecida. Ou melhor, já está acontecendo. Lula acusa Serra de partir para a baixaria, de tentar atingir Dilma com mentiras e calúnias e de praticar crimes contra o Brasil e a mulher brasileira. A candidata pega mais leve, anuncia a disposição de não descer ao nível do tucano,

enquanto Serra denuncia o uso da Receita Federal contra seus correligionários e sua filha como golpe baixo e abominável.

O que a gente se pergunta é onde as coisas vão parar, faltando três semanas para a eleição. Mais ainda, se seria justificável tamanha indignação por parte do governo, reagindo à acusação de flagrante utilização da máquina pública por um novo grupo de aloprados, importa menos se petistas do andar de baixo, estimulados ou não por companheiros de andares intermediários.

Teria o presidente Lula motivo para bater tão forte numa candidatura que, salvo engano, já se encontra derrotada? Não que as pesquisas sejam totalmente confiáveis, mas todos os institutos divulgam Dilma Rousseff com 55% das preferências

populares, ao tempo em que José Serra não passa dos 25%. Estaria o presidente Lula temeroso de que a eleição não se resolva no primeiro turno? Ou será da essência do grupo encastelado no poder a ânsia de esmagar os adversários?

A ninguém será dado insurgir-se contra a obrigatoriedade do uso da cadeirinhas especiais para bebês e crianças, nos automóveis particulares. Trata-se de uma importante conquista, mesmo que do no ar a evidência de que os fabricantes dessas peças devem estar enriquecendo. Tomara que apenas eles.

O diabo são os excessos e as contradições. Há dois dias, em São Paulo, já sob o regime de multar os infratores sem cadeirinha, um policial parou uma senhora que transportava

outra com um bebê no colo. Obrigou as duas a descer, interditou o automóvel e impôs às duas indigntadas que tomassem um táxi. Nem perguntou se tinham dinheiro para a corrida, mas o fundamental é que a nova lei isenta os veículos de aluguel de portarem cadeirinhas. Neles, os bebês podem ir no colo...

No desfile de Sete de Setembro, em Brasília, houve quem notasse singular falha no cerimonial. Porque historicamente, há décadas, mesmo depois da criação do ministério da Defesa, os comandantes das três forças colocavam-se próximos do presidente da República. Antes até o recebiam na beira do palanque, mas, como norma, ficavam a seu lado quando desfilavam as respectivas corporações. Assim, quando passava o contin-

gente do Exército, antes o ministro, depois o comandante, eles informavam o chefe do governo das peculiaridades de cada tropa. O mesmo acontecia com a Marinha e a Aeronáutica. Desta vez, ficaram os três oficiais-generais misturados aos montes de convidados no palanque oficial. A televisão não mostrou um deles, sequer, próximo do Lula. Nelson Jobim, ministro da Defesa, foi o que chegou mais perto, ainda que D. Marisa, o governador de Brasília, o presidente do Supremo Tribunal Federal e o presidente da Câmara mais parecessem sentinelas guardando o comandante maior. São pequenas coisas que de quando em quando tornam-se grandes.

Carlos Chagas é jornalista - carloschagas37@uol.com.br

O sigilo fiscal existe?

antonio gonçalves

Dados os acontecimentos recentes envolvendo o vazamento de informações sigilosas de dados atinentes à declaração de imposto de renda pessoa física de familiares ou parentes próximos de candidatos políticos, a dúvida que surge é: a Secretaria da Receita Federal do Brasil consegue manter o sigilo fiscal que o contribuinte espera e imaginava existir?

A Constituição Federal do Brasil é clara ao determinar no artigo 5º, incisos X e XI a inviolabilidade da imagem e da intimidade das pessoas bem como de seus dados.

A Declaração de ajuste anual

de imposto de renda pessoa física é um documento sigiloso ao extremo, pois nele constam dados que na maioria das vezes nem os membros da própria família têm acesso, afinal, todos os bens e o patrimônio erigido ao longo dos anos constam na declaração e não é para qualquer pessoa que se mostrará esse tipo de informação.

Entretanto, agora, na nova moda de evento em que o Brasil é especialista com sua inventividade, o vazamento dessas informações se torna cada vez mais frequente.

O sistema da Receita Federal do Brasil foi desenvolvido para não permitir falhas ou acesso fácil de informações sigilosas, todavia, não existe

qualquer impedimento ou restrição de acesso para funcionários que trabalham ou estejam diretamente ligados às declarações de imposto de renda.

Eis o cerne da questão, uma vez que ao acessar esses dados um funcionário pode indevidamente fornecer seu conteúdo para seu "contratante" que tem um elevado interesse em saber de informações que os cidadãos comuns não têm acesso.

No âmbito penal, uma série de responsabilizações é possível: a primeira delas por violação de sigilo funcional, em conformidade com o artigo 325 do Código Penal, mas nada impede que existam outros crimes cominados, como corrupção passiva, artigo 317 do CP ou, até

mesmo, o crime de peculato, artigo 312 do CP.

Tudo dependerá da gravidade da informação que foi exposta indevidamente e do quantum que a pessoa infratora colaborou no exercício de sua função e, para os mais céticos que afirmam que no Brasil nada se resolve e que tudo sempre termina numa grande pizza, eis a novidade: as coisas mudaram com a chegada da informática, afinal, é possível saber quem acessou indevidamente o sistema, por quantas vezes e quais foram as informações acessadas.

De posse disso, cabe ao superior abrir um processo administrativo contra o funcionário, que responderá pelos crimes concernentes. Contudo, e a pes-

soa que teve seus dados violados o que pode fazer? Por certo, processar a Secretaria da Receita Federal por dano moral e material, de acordo com o artigo 927 do Código Civil: a responsabilidade civil objetiva.

Resta saber se a dúvida e a incerteza que agora acometem o contribuinte serão sanadas com a indenização, ou se o prejuízo e a exposição não serão muito mais danosos do que a responsabilização dos envolvidos. A única conclusão certa é que o sigilo fiscal existe, mas...

Antonio Gonçalves é advogado, pós-graduado em Direito Tributário (FGV), Direito Penal Empresarial (FGV) e Direito Penal - Erro! A referência de hiperlink não é válida.